



LISGRÁFICA – IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A.

RELATÓRIO E CONTAS DO 1º TRIMESTRE DE 2011
CONTAS CONSOLIDADAS

Sociedade Aberta

Sede: Estrada Consiglieri Pedroso, 90 – Queluz de Baixo

Capital Social: 9 334 831 Euros

Capital Próprio a 31 de Dezembro de 2010: (22.886.158)

Cons. Reg. Comercial de Cascais / Pessoa Colectiva 500 166 587

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	3
ACTIVIDADE DO GRUPO	4
ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA	5
CONSIDERAÇÕES FINAIS	9
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	10

RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1º TRIMESTRE DE 2011

Senhores Accionistas,

De acordo com a Lei aplicável às sociedades abertas, submetemos à apreciação de V. Exas. o Relatório Consolidado de Gestão, a Demonstração da Posição Financeira Consolidada e a Demonstração Consolidada do Rendimento Integral, a Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa reportados a 31 de Março de 2011 e o respectivo Anexo. As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no cumprimento das disposições dos IAS/IFRS tal como adoptado pela União Europeia, que incluem os *International Accounting Standards* ("IAS") emitidas pela *International Standards Committee* ("IASC"), os *International Financial Reporting Standards* ("IFRS") emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e respectivas interpretações "SIC" e "IFRIC" emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* ("IFRIC") e *Standing Interpretation Committee* ("SIC").

INTRODUÇÃO

Durante o primeiro trimestre de 2011 não ocorreram factos relevantes em relação à empresa mãe, Lisgráfica, S.A. – Impressão e Artes Gráficas, S.A. nem em relação a nenhuma das suas participadas. De salientar que das 3 empresas que compõem o Grupo apenas a Lisgráfica tem actividade operacional, centrada na prestação de serviços de impressão e é assim responsável praticamente por 100% da actividade do Grupo.

De recordar que a actividade da Lisgráfica, S.A. após 02 de Maio de 2008, é o resultado da fusão desta sociedade com a Heska Portuguesa, S.A., pelo que qualquer comparação reportada a exercícios anteriores a 2009 tem que ter em consideração este facto.

O Grupo Lisgráfica utiliza a consolidação pelo método integral e é composto pelo seguinte universo de empresas à data de 31 de Março de 2011:

EMPRESA	Actividade	Data de Constituição	Sede	% Capital Detido
Lisgráfica Imp. E Artes Gráficas, SA	Impressão de Revistas e Jornais	27-Dez-1973	Queluz de Baixo	-
Gestigráfica, SGPS SA	Gestão de Participações Sociais	2-Fev-1993	Queluz de Baixo	100,00%
Grafilis, Rep. e Artes Gráficas, SA	Composição e Montagem	18-Out-1984	Queluz de Baixo	100,00%

A economia portuguesa registou no primeiro trimestre de 2011 uma retracção de 0,7%, mantendo-se assim a tendência evidenciada no último trimestre de 2010 com o PIB a contrair 0,6%. Confirma-se o cenário de recessão da economia portuguesa com dois trimestres consecutivos de contracção do PIB. Para este desempenho contribuiu

sobretudo a redução da procura interna cujos efeitos foram ligeiramente atenuados pelo contributo positivo das exportações de bens e serviços. O desemprego continua em máximos históricos, com este indicador a situar-se próximo dos 11% o que se veio a reflectir negativamente no poder de compra e na confiança dos consumidores.

O comportamento da economia portuguesa contrasta com a Zona Euro e a União Europeia ambas a registarem crescimentos, ainda que modestos, de 0,8% face ao último trimestre de 2010 e 2,5% face ao trimestre homólogo.

A generalidade das empresas não registou melhorias significativas na actividade, sem sinais sustentáveis de retoma e manteve-se o reajustamento das suas estruturas para fazer face à persistente crise económica e aos indícios de agravamento que se denotaram em especial no final do ano.

As empresas da indústria gráfica continuam a demonstrar os efeitos da recessão, com a redução do número de páginas e de tiragem das publicações periódicas a serem uma constante ao longo do ano, bem como à diminuição de trabalhos de clientes de grandes marcas comerciais. Para tal foi determinante a retracção verificada no investimento publicitário global que regista um decréscimo de 11% face ao ano anterior. De referir que esta tendência de retracção no investimento publicitário se iniciou em 2008.

ACTIVIDADE DO GRUPO

A actividade consolidada provém a 100 % da empresa mãe, tal como em exercícios anteriores, foi marcada pelos efeitos da redução do investimento publicitário e , comparativamente ao trimestre homólogo, apresenta uma variação negativa nas vendas de 13 % tendo-se situado nos 6,8 milhões de Euros.

A análise por segmento confirma um comportamento idêntico em todo o sector quer a nível de revistas, quer de jornais e suplementos que apresentam um decréscimo próximo da variação do mercado publicitário. No segmento dos Catálogos e Folhetos e no das Listas Telefónicas a variação é superior á media do mercado devido ao efeito conjugado de redução de tiragem e do nº de páginas em consequência da alteração das políticas de marketing dos principais intervenientes nestes dois segmentos.

Com o decréscimo de actividade a empresa desactivou um dos equipamentos de impressão, que em 31 de Dezembro de 2010 se encontrava totalmente amortizado, tendo terminado o exercício com 6 máquinas de impressão em rotativa, 3 máquinas de impressão em plana e 14 máquinas de acabamento.

A decomposição de vendas por tipo de produto, comparativamente com o trimestre homólogo, é a seguinte:

DESCRIÇÃO	2011	2010	Var. 10/11 Em €	Var. 10/11 Em %
Revistas	4.425	4.885	-460	-9,4%
Jornais/suplementos	1.039	1.211	-172	-14,2%
Catálogos e Folhetos	1.014	1.317	-303	-23,0%
Listas	143	195	-52	-26,7%
Outros	190	218	-28	-12,8%
TOTAL	6.811	7.826	-1.015	-13,0%
<i>(Valores em milhares de Euros)</i>				

Durante o exercício de 2011 destacam-se, como principais acontecimentos nas empresas participadas:

GESTIGRÁFICA – SOC. GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, SA

Esta empresa faz parte de Grupo desde meados do exercício de 1999 e ao longo destes anos a sua actividade limitou-se à gestão de participações sociais. No final do ano tem como única participação financeira os 100% do Capital da Grafilis - Reprodução e Artes Gráficas, S.A.

Os resultados do período, negativos em cerca de 4,2 mil Euros, reflectem a apropriação, pelo método da equivalência patrimonial, dos resultados negativos obtidos pela sua única participada.

GRAFILIS – REPRODUÇÃO E ARTES GRÁFICAS SA

A Empresa, constituída em 1984, tinha por objecto a actividade de pré-impressão, num período em que era fundamental como complemento dos serviços a prestar pela Lisgráfica, S.A. A evolução tecnológica ocorrida nos últimos anos no mercado de artes gráficas e em especial na área da pré-impressão, levou ao decréscimo gradual da actividade da Grafilis, S.A. que em 2005 cessou a actividade operacional em definitivo.

Apesar da sua inactividade a empresa continua a registar amortizações de benfeitorias em imóvel de propriedade alheia, onde funciona a Sede, o que explica o resultado líquido do trimestre de aproximadamente 4,2 mil Euros, negativos.

ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

Em seguida apresentamos um resumo da Actividade Operacional do Grupo com base na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral do período em análise:

ACTIVIDADE OPERACIONAL 1º TRIMESTRE - 2011/2010

DESCRIÇÃO	2011		2010		Var. 10/11	Var. 10/11
					em €	em %
Vendas	6.811	95%	7.826	95%	-1.015	-13,0%
Outros Proveitos Operacionais	329	5%	387	5%	-58	-15,0%
TOTAL PROVEITOS OPERACIONAIS	7.140		8.213		-1.073	-13,1%
Custo Merc. Vendidas e Consum.	2.643	37%	3.226	39%	-583	-18,1%
Fornecimentos e S. Externos	1.875	26%	2.441	30%	-566	-23,2%
Custos Com Pessoal	2.417	34%	2.248	27%	169	7,5%
Amortizações e Ajustamentos	1.498	21%	1.818	22%	-320	-17,6%
Perdas de Imparidade	0	0%	0	0%	0	#DIV/0!
Outros Custos Operacionais	103	1%	7	0%	96	1371,4%
TOTAL CUSTOS OPERACIONAIS	8.536		9.740		-1.204	-12,4%
RESULTADO OPERACIONAL - €	-1.396		-1.527		131	8,6%
RESULTADO OPERACIONAL - %	-19,6%		-18,6%		-1,0%	-5,2%
EBITDA - €	102		291		-189	-64,9%
EBITDA - %	1,4%		3,5%		-2,1%	

(Valores em Milhares de Euros)

EBITDA = Result. Operac.+Amortizações e Ajustamentos+Perdas de Imparidade

Os Proveitos Operacionais ultrapassam 7,1 milhões de Euros, dos quais 95% provêm directamente das vendas e 5% de serviços prestados.

Analisando em detalhe a evolução dos custos operacionais é de referir:

- na rubrica CMVC a diminuição do seu valor e peso na estrutura decorre da retracção na actividade e da redução do valor de facturação com incorporação de papel pela empresa. Os restantes custos que integram esta rubrica estão em linha com a normal estrutura de custos da empresa;

- nos Fornecimentos e Serviços Externos a variação resulta do efeito conjugado de vários factores, entre eles a redução no custo de aluguer das instalações, e dos custos com energia (electricidade e gás) pela renegociação dos contratos de fornecimento e alterações aos processos de incineração de gases. Comparativamente a 2010 é de salientar a diminuição de custos com Subcontratos de Impressão e Acabamento resultante das características de alguns trabalhos produzidos em 2011, que exigiram menor recurso à subcontratação.

- quanto aos Custos com Pessoal a variação registada reflecte a redução do número de trabalhadores no âmbito da estratégia de racionalização de processos internos iniciada em 2008 aliada aos custos com rescisões de contratos registados no primeiro

trimestre. No final do ano anterior a empresa tinha 338 trabalhadores e no final deste trimestre o número tinha baixado para 318;

- as Amortizações decompõem-se em 1.189 mil Euros de amortização de bens do activo da empresa, 309 mil euros de amortizações do exercício relativas ao justo valor dos contratos com clientes decorrentes da afectação *goodwill* apurado e registado em 2008;

O Resultado Operacional Consolidado apurado no primeiro trimestre de 2011, embora negativo, melhorou em cerca de 8,6% face ao apurado no ano anterior e mantém-se a tendência gradual de recuperação deste indicador económico iniciada no ano anterior.

O Cash Flow Operacional Consolidado é positivo em cerca 102 milhares de Euros, embora inferior ao registado no exercício homólogo.

COMPARAÇÃO RESULTADOS CONSOLIDADOS 1º TRIMESTRE 2011/2010

DESCRIÇÃO	2011	2010	Var. 10/11 em €	Var. 10/11 em %
Resultados Operacionais	-1.396	-1.527	131	9%
Resultados Financeiros	-655	-654	-1	0%
Imposto S/ Rendimento	0	-15	15	100%
Resultados Líquidos	-2.051	-2.196	145	7%
<i>(Valores em milhares de euros)</i>				

Os resultados financeiros mantêm-se a nível do ano anterior por estabilização do endividamento e do respectivo custo médio.

POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA COMPARAÇÃO 1º TRIMESTRE 2011/10

DESCRIÇÃO	2011	2010	Var. 10/11 em €	Var. 10/11 em %
Activos não Correntes	45.336	47.238	-1.902	-4%
Activos Correntes	13.962	14.426	-464	-3%
Activos para Venda	36	36	0	0%
TOTAL ACTIVO	59.334	61.700	-2.366	-4%

Capital Próprio	-21.435	-19.381	-2.054	-11%
Passivo não Corrente	41.372	41.918	-546	-1%
Passivo Corrente	39.397	39.163	234	1%
TOTAL PASSIVO + SIT. LIQUIDA	59.334	61.700	-2.366	-4%

(Valores em milhares de Euros)

As principais variações ocorridas no Activo Líquido verificam-se nos Activos não Correntes, devido à redução do Imobilizado Líquido e ao facto de não terem ocorrido investimentos a nível de equipamento básico (equipamentos de produção).

O Capital Próprio Consolidado fixa-se no final do ano em 21.435 mil Euros negativos para o que contribuiu o Resultado Líquido negativo apurado no trimestre.

O Passivo Não Corrente regista uma estabilização desde o final de 2010, data da formalização de diversos contratos de financiamento com o principal banco financiador, no decurso do programa de reestruturação de passivo financeiro implementado pelo Conselho de Administração;

Apesar das condições adversas o Grupo Lisgráfica cumpriu na íntegra a liquidação dos impostos correntes devidos no exercício, assim como o plano de reembolso de dívidas (objecto de acordos de pagamento) ao IAPMEI e Segurança Social previsto para o primeiro trimestre e que rondou os 80 milhares de Euros.

No sentido de auxiliar a análise do impacto na consolidação das contas individuais das empresas integradas no perímetro de consolidação apresentamos um resumo dos principais indicadores:

GESTIGRÁFICA – SOC. GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, SA

DESCRIÇÃO	2011	2010	Var. 10/11
Activo Total Liq.	11.699	11.700	-1
Passivo Total	1.424	1.420	4
Capital Próprio	10.276	10.280	-4
Capital Social	53	53	0
Resultado Líquido	-4	-50	46
Vendas Líquidas	0	0	0
(Valores em milhares de Euros)			

GRAFILIS – REPRODUÇÃO E ARTES GRÁFICAS SA

DESCRIÇÃO	2011	2010	Var. 10/11
Activo Total Liq.	67	71	-4
Passivo Total	1.489	1.489	0
Capital Próprio	-1.422	-1.417	-5
Capital Social	350	350	0
Resultado Líquido	-4	-71	67
Vendas Líquidas	0	0	0
(Valores em milhares de Euros)			

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho de Administração agradece aos Trabalhadores e Conselho Fiscal toda a colaboração prestada durante o exercício findo em 31 de Março de 2011.

O Conselho de Administração agradece, também, a todas as Instituições Bancárias, Clientes, Fornecedores e demais entidades pela colaboração prestada neste exercício.

Queluz de Baixo, 30 de Maio de 2011

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão

Jaime Luciano Marques Baptista da Costa

António Pedro Marques Patrocínio

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RESPECTIVO ANEXO ÀS CONTAS

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES CONDENSADAS CONSOLIDADAS DA POSIÇÃO FINANCEIRA

DOS EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2011 E 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	31 de Março de 2011	31 de Dezembro de 2010
<u>ACTIVOS NÃO CORRENTES:</u>			
Activos intangíveis	13	5 857 700	6 218 273
Activos fixos tangíveis	14	21 394 437	22 492 868
Activos por impostos diferidos	12	968 067	1 050 265
Clientes e contas a receber	17	3 603 874	3 603 874
Outros activos não correntes	15	13 512 722	13 873 537
Activos disponíveis para venda	20	35 692	35 692
Total de activos não correntes		<u>45 372 492</u>	<u>47 274 509</u>
<u>ACTIVOS CORRENTES:</u>			
Existências	16	846 310	820 275
Clientes e contas a receber	17	9 459 584	10 549 971
Outros activos correntes	18	3 129 071	2 541 197
Estado e outros entes públicos	28	344 023	295 544
Caixa e seus equivalentes	19	182 898	218 978
Total de activos correntes		<u>13 961 886</u>	<u>14 425 965</u>
TOTAL DO ACTIVO		<u><u>59 334 378</u></u>	<u><u>61 700 474</u></u>
<u>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</u>			
<u>CAPITAL PRÓPRIO:</u>			
Capital	21	9 334 831	9 334 831
Reservas	21	15 803 648	15 803 648
Resultados transitados		(44 522 500)	(35 721 256)
Resultado consolidado líquido do exercício	31	<u>(2 051 153)</u>	<u>(8 798 157)</u>
Total do capital próprio		<u>(21 435 174)</u>	<u>(19 380 934)</u>
<u>PASSIVO:</u>			
<u>PASSIVOS NÃO CORRENTES:</u>			
Empréstimos obtidos	22	29 711 622	29 875 946
Loações financeiras	23	2 533 452	2 607 094
Provisões	24	23 268	23 268
Outros passivos não correntes	25	2 317 229	2 392 318
Fornecedores e contas a pagar	26	3 373 888	3 497 547
Estado e outros entes públicos	28	2 427 786	2 472 098
Passivos por impostos diferidos	12	985 205	1 050 265
Total de passivos não correntes		<u>41 372 450</u>	<u>41 918 536</u>
<u>PASSIVOS CORRENTES:</u>			
Empréstimos obtidos	22	17 034 625	17 607 462
Loações financeiras	23	2 319 717	2 344 525
Fornecedores e contas a pagar	26	18 070 219	17 282 967
Outros passivos correntes	27	730 238	709 148
Estado e outros entes públicos	28	1 242 303	1 218 770
Total de passivos correntes		<u>39 397 102</u>	<u>39 162 872</u>
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		<u><u>59 334 378</u></u>	<u><u>61 700 474</u></u>

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada da posição financeira em 31 de Março de 2011.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Manuel Ramos Gaspar

Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão - Presidente

Jaime Luciano Marques Baptista da Costa

António Pedro Marques Patrocínio

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES CONDENSADAS CONSOLIDADAS DO RENDIMENTO INTEGRAL

DOS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2011 E 2010

(Montantes expressos em Euros)

	<u>Notas</u>	<u>31 de Março de 2011</u>	<u>31 de Março de 2010</u>
<u>PROVEITOS OPERACIONAIS:</u>			
Vendas	6	6 811 291	7 826 063
Outros proveitos operacionais	7	329 302	386 518
Total de proveitos operacionais		<u>7 140 593</u>	<u>8 212 581</u>
<u>CUSTOS OPERACIONAIS:</u>			
Custo das mercadorias vendidas	8	(2 642 616)	(3 226 272)
Fornecimentos e serviços externos	9	(1 875 342)	(2 440 815)
Custos com o pessoal	10	(2 416 673)	(2 247 456)
Amortizações	13 e 14	(1 498 755)	(1 817 559)
Perdas por imparidade	24	-	-
Outros custos operacionais		<u>(102 802)</u>	<u>(7 180)</u>
Total de custos operacionais		<u>(8 536 188)</u>	<u>(9 739 282)</u>
Resultados operacionais		<u>(1 395 595)</u>	<u>(1 526 701)</u>
<u>RESULTADOS FINANCEIROS:</u>			
Custos e proveitos financeiros, líquidos	11	<u>(655 558)</u>	<u>(654 382)</u>
Resultados antes de impostos		<u>(2 051 153)</u>	<u>(2 181 083)</u>
Imposto sobre o rendimento do exercício	12	-	(14 599)
Resultado consolidado líquido do exercício		<u><u>(2 051 153)</u></u>	<u><u>(2 195 682)</u></u>
Rendimento integral		<u><u>(2 051 153)</u></u>	<u><u>(2 195 682)</u></u>
Atribuível a:			
Accionistas da empresa-mãe		<u><u>(2 051 153)</u></u>	<u><u>(2 195 682)</u></u>
Resultado por acção			
Básico	31	(0.0110)	(0.0118)
Diluído	31	(0.0110)	(0.0118)

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada do rendimento integral do exercício findo em 31 de Março de 2011.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Manuel Ramos Gaspar

Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão - Presidente

Jaime Luciano Marques Baptista da Costa

António Pedro Marques Patrocínio

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES CONDENSADAS CONSOLIDADAS DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

DOS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2011 e 31 de Dezembro de 2010

(Montantes expressos em Euros)

	<u>Capital</u>	<u>Reservas de reavaliação</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Outras reservas</u>	<u>Resultados transitados</u>	<u>Resultado consolidado líquido do exercício</u>	<u>Total do capital próprio</u>
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	9 334 831	2 798 025	349 159	12 656 464	(26 065 735)	(9 655 521)	(10 582 777)
Aplicação do resultado consolidado do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008	-	-	-	-	(9 655 521)	9 655 521	-
Resultado consolidado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009	-	-	-	-	-	(8 798 157)	(8 798 157)
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	<u>9 334 831</u>	<u>2 798 025</u>	<u>349 159</u>	<u>12 656 464</u>	<u>(35 721 256)</u>	<u>(8 798 157)</u>	<u>(19 380 934)</u>
Aplicação do resultado consolidado do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010	-	-	-	-	(8 798 157)	8 798 157	-
Reconhecimento dos subsídios do Governo em resultados	-	-	-	-	(3 087)	-	(3 087)
Resultado consolidado líquido do trimestre findo em 31 de Março de 2011	-	-	-	-	-	(2 051 153)	(2 051 153)
Saldo em 31 de Março de 2011	<u>9 334 831</u>	<u>2 798 025</u>	<u>349 159</u>	<u>12 656 464</u>	<u>(44 522 500)</u>	<u>(2 051 153)</u>	<u>(21 435 174)</u>

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada de alterações no capital próprio do exercício findo em 31 de Março de 2011.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Manuel Ramos Gaspar

Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão - Presidente

Jaime Luciano Marques Baptista da Costa

António Pedro Marques Patrocínio

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES CONDENSADAS CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA DOS

TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2011 E 2010

(Montantes expressos em Euros)

	<u>Nota</u>	<u>31 de Março de 2011</u>	<u>31 de Março de 2010</u>
<u>ACTIVIDADES OPERACIONAIS:</u>			
Recebimentos de clientes		8 271 661	9 075 267
Pagamentos a fornecedores		(5 062 140)	(5 771 606)
Pagamentos ao pessoal		(1 826 453)	(2 097 762)
Fluxos gerados pelas operações		<u>1 383 068</u>	<u>1 205 899</u>
Pagamento do imposto sobre o rendimento		(36 000)	(36 000)
Outros pagamentos relativos à actividade operacional		(603 517)	(278 115)
Fluxos das actividades operacionais (1)		<u><u>743 551</u></u>	<u><u>891 784</u></u>
<u>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		-	66 425
Accionistas		-	146 223
		<u>-</u>	<u>212 648</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-	(102 953)
Fluxos das actividades de investimento (2)		<u>-</u>	<u>109 695</u>
<u>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos de instituições de crédito		-	960 000
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos de instituições de crédito		(276 100)	(573 233)
Amortizações de contratos de locação financeira		(264 407)	(201 184)
Juros e custos similares		(197 424)	(348 520)
		<u>(737 931)</u>	<u>(1 122 937)</u>
Fluxos das actividades de financiamento (3)		<u><u>(737 931)</u></u>	<u><u>(162 937)</u></u>
Varição de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		5 620	838 542
Caixa e seus equivalentes no início do período	19	(96 960)	(17 345 975)
Caixa e seus equivalentes no fim do período	19	(91 340)	(16 507 433)

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de Março de 2011.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Manuel Ramos Gaspar

Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão - Presidente

Jaime Luciano Marques Baptista da Costa

António Pedro Marques Patrocínio

(Montantes expressos em Euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Lisgráfica - Impressão e Artes Gráficas, S.A. ("Empresa" ou "Lisgráfica") tem sede em Queluz de Baixo, foi constituída em 27 de Dezembro de 1973 e tem como actividade principal a impressão de revistas, jornais, boletins e listas telefónicas.

O universo empresarial da Lisgráfica ("Grupo") é formado pelas empresas subsidiárias indicadas na Nota 4. As principais actividades do Grupo englobam a impressão de jornais, revistas, boletins e listas telefónicas.

Em 30 Dezembro de 2010, a Empresa formalizou diversos contratos de financiamento com o Banco Comercial Português, S.A. ("BCP"), no montante total de, aproximadamente, 28.261.000 Euros, no decurso do programa de reestruturação do passivo financeiro, sendo que este montante serviu, essencialmente, para refinar operações já existentes (Nota 22).

As presentes demonstrações financeiras foram autorizadas para publicação em 25 de Maio de 2011 pelo Conselho de Administração da Lisgráfica.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 4), ajustados para dar cumprimento das disposições dos IAS/IFRS tal como adoptado pela União Europeia, que incluem os International Accounting Standards ("IAS") emitidos pela International Standards Committee ("IASC"), os International Financial Reporting Standards ("IFRS") emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), e respectivas interpretações "IFRIC" emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee ("IFRIC") e Standing Interpretation Committee ("SIC"). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por "IFRS".

A Lisgráfica adoptou os IFRS na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas pela primeira vez no exercício de 2005, pelo que, nos termos do disposto no IFRS 1 "Primeira Adopção das Normas Internacionais de Relato Financeiro" ("IFRS 1"), se considera que a transição dos princípios contabilísticos portugueses para o normativo internacional se reporta a 1 de Janeiro de 2004.

Consequentemente, no cumprimento das disposições do IAS 1, a Lisgráfica declara que estas demonstrações financeiras consolidadas e respectivo anexo cumprem as disposições dos IAS/IFRS tal como adoptados pela União Europeia, em vigor para exercícios económicos iniciados em 1 de Janeiro de 2010.

2.2 Novas normas e interpretações, revisões e emendas adoptadas pela União Europeia

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões aprovadas ("endorsed") pela União Europeia e com aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2010, foram adoptadas pela primeira vez no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010:

- IAS 28 (revisão de 2008) "Investimento em associadas";
- IAS 27 (revisão de 2008) "Demonstrações financeiras consolidadas e separadas";
- Revisões da IFRS 1 "Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro";
- IFRS 1 "Emendas (Isenções adicionais)";
- IFRS 2 "Emenda (Transacções de pagamentos com base em acções entre entidades do mesmo grupo)";
- IFRS 3 (revisão de 2008) "Concentrações de actividades empresariais";
- IFRIC 12 "Acordos de concessão de serviços";

(Montantes expressos em Euros)

- IFRIC 15 ó Acordos para a construção de imóveis;
- IFRIC 16 ó Coberturas de um investimento líquido numa unidade operacional estrangeira;
- IFRIC 17 ó Distribuições aos proprietários de activos que não são caixa;
- IFRIC 18 ó Transferências de activos provenientes de clientes;
- Melhoramentos das Normas Internacionais de Relato Financeiro (2009);
- Alterações à IAS 39 ó Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração ó Instrumentos: Itens Cobertos Elegíveis.

2.3 Princípios de consolidação

O método de consolidação adoptado pelo Grupo foi o seguinte:

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha, directa ou indirectamente, a maioria dos direitos de voto em Assembleia Geral de Accionistas, ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais, foram incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação integral. As empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas encontram-se detalhadas na Nota 4.

Os activos e passivos das subsidiárias são mensurados pelo respectivo justo valor na data de aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos activos líquidos identificáveis é registado como *goodwill*.

As transacções e saldos entre as empresas incluídas na consolidação foram eliminados no processo de consolidação.

Sempre que necessário são efectuados ajustamentos às demonstrações financeiras das empresas subsidiárias tendo em vista a uniformização das respectivas políticas contabilísticas com as do Grupo.

2.4 Activos intangíveis

a) Goodwill

O *goodwill* representa o excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos activos e passivos identificáveis de uma subsidiária, na respectiva data de aquisição.

O *goodwill* é registado como activo e não é sujeito a depreciação, sendo apresentado autonomamente na demonstração da posição financeira. Anualmente, ou sempre que existam indícios de eventual perda de valor, os valores de *goodwill* são sujeitos a testes de imparidade. Qualquer perda de imparidade é registada de imediato como custo na demonstração do rendimento integral do período e não pode ser susceptível de reversão posterior.

(b) Activos intangíveis, excepto goodwill

Os activos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, sejam controláveis e sejam fiavelmente mensuráveis.

Os activos intangíveis correspondem a programas de computador (õ*Softwares*ö) e direitos contratuais com clientes identificados no âmbito da fusão ocorrida em 2008, mensurados ao justo valor e deduzidos das amortizações acumuladas. Adicionalmente, existem direitos contratuais registados que foram adquiridos a terceiros. Na ausência de um mercado activo para estes activos intangíveis, identificáveis no âmbito da fusão, o seu justo valor foi determinado pela estimativa do valor que a Empresa teria de pagar à data da concentração empresarial (fusão) por aqueles direitos.

(Montantes expressos em Euros)

As amortizações são calculadas a partir do momento em que os activos se encontrem disponíveis para utilização, pelo método de quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado, o qual varia entre 4 e 8 anos.

2.5 Activos fixos tangíveis

Os activos tangíveis, adquiridos até 31 de Dezembro de 1997, encontram-se registados ao custo considerado, decorrentes da excepção prevista no IFRS 1, que corresponde ao seu custo de aquisição ou ao custo de aquisição reavaliado com base em índices de preços nos termos da legislação fiscal em vigor, deduzidos das correspondentes depreciações acumuladas.

A partir dessa data, os activos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, correspondente ao preço de compra adicionado das despesas imputáveis à compra, deduzidos de depreciações acumuladas e perdas de imparidade acumuladas.

As perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, são reconhecidas como uma dedução ao activo respectivo por contrapartida do rendimento integral do período.

Os encargos com manutenção e reparações de natureza corrente são registados como custo quando incorridos. As benfeitorias e beneficiações apenas são registadas como activos nos casos em que correspondem à substituição de bens, os quais são abatidos e conduzem a um acréscimo dos benefícios económicos futuros.

Os activos fixos tangíveis em curso são registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, e começam a ser depreciados a partir do momento em que os activos subjacentes estejam concluídos ou disponíveis para utilização.

Os activos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que se encontram disponíveis para o uso pretendido. A sua depreciação é calculada sobre o custo de aquisição, de acordo com o método das quotas constantes, a partir do mês que se encontram disponíveis para utilização, em conformidade com a vida útil dos activos definida em função da utilidade esperada:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	10
Equipamento básico	4 a 24
Equipamento de transporte	3 a 12
Equipamento administrativo	3 a 20
Outros activos fixos tangíveis	3 a 20

2.6 Locação financeira e operacional

Os contratos de locação são classificados como: (i) locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse; e como (ii) locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

(Montantes expressos em Euros)

Os activos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do activo é registado como um activo tangível, ao mais baixo do valor presente das rendas futuras ou do justo valor do activo na data do contrato, por contrapartida da responsabilidade correspondente. Os activos são depreciados de acordo com a sua vida útil estimada, as rendas são registadas como uma redução das responsabilidades (passivo) e os juros e a depreciação do activo são reconhecidos como custos na demonstração consolidada do rendimento integral do período a que dizem respeito.

Nas locações operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração consolidada do rendimento integral, numa base linear, durante o período do contrato de locação.

2.7 Instrumentos financeiros

2.7.1 Clientes e dívidas de terceiros

As dívidas de clientes e as outras dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade. As perdas de imparidade correspondem à diferença entre a quantia inicialmente registada e o seu valor recuperável, sendo este o valor presente dos *cash-flows* esperados, descontados à taxa efectiva, as quais são reconhecidas na demonstração do rendimento integral do período em que são estimadas.

2.7.2 Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de 3 meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e seus equivalentes compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica *Financiamentos obtidos*.

2.7.3 Contas a pagar

As contas a pagar são registadas pelo seu valor nominal, descontado de eventuais juros calculados e reconhecidos de acordo com o método da taxa de juro efectiva.

2.7.4 Empréstimos bancários

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor recebido, líquido de despesas com a sua emissão. Em períodos subsequentes, os empréstimos são registados ao custo amortizado; qualquer diferença entre os montantes recebidos (líquidos dos custos de transacção) e o valor a pagar são reconhecidos na demonstração do rendimento integral durante o período de vigência dos empréstimos usando o método da taxa de juro efectiva.

Os empréstimos com vencimento inferior a doze meses são classificados como passivos correntes, a não ser que o Grupo tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de doze meses após a data da demonstração de posição financeira.

2.7.5 Operações de *factoring* e de desconto de letras

Os créditos cedidos em regime de *factoring* e os titulados por letras estão evidenciados no activo ao seu valor nominal, sendo os juros registados de acordo com o critério de especialização dos exercícios. Os montantes adiantados pelas sociedades de *factoring*, bem como os valores descontados em instituições financeiras, por conta dos créditos cedidos com direito de regresso e das letras,

(Montantes expressos em Euros)

respectivamente, são evidenciados no passivo (Nota 22). À medida que se efectuam as cobranças dos valores em dívida, as mesmas são registadas como uma dedução ao passivo e regularizados por contrapartida dos saldos das contas a receber.

2.7.6 Activos disponíveis para venda

Os activos financeiros classificados como disponíveis para venda são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que corresponde ao preço pago incluindo despesas de transacção. Posteriormente, são mensurados ao justo valor, ou ao custo deduzido de perdas de imparidade, se o justo valor não for facilmente determinável.

2.8 Provisões e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas pelo Grupo quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita), resultante de um evento passado, para cuja resolução é provável ser necessário um dispêndio de recursos internos e cujo montante possa ser razoavelmente estimado. Estas provisões são constituídas com base no julgamento que o Conselho de Administração faz quanto ao desfecho dos riscos que originam aquelas obrigações, baseado nas informações prestadas pelos advogados.

O valor das provisões é revisto e ajustado à data da demonstração da posição financeira, de modo a reflectir a melhor estimativa nesse momento.

Quando uma das condições acima descritas não é preenchida, o passivo contingente correspondente não é reconhecido, sendo apenas divulgado, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objecto de divulgação.

2.9 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento é registado de acordo com o preconizado pelo IAS 12 ó Imposto sobre o rendimento. Na mensuração do custo relativo ao imposto sobre o rendimento do exercício, para além do imposto corrente, calculado com base nos resultados antes de impostos, ajustados pelas legislações fiscais aplicáveis, são também considerados os efeitos resultantes das diferenças temporárias entre os resultados antes de impostos e o lucro tributável, originadas no período ou decorrentes de exercícios anteriores, bem como o efeito dos prejuízos fiscais reportáveis existentes à data da demonstração da posição financeira.

Tal como estabelecido na referida norma, são reconhecidos activos por impostos diferidos apenas quando exista razoável segurança de que estes poderão vir a ser utilizados na redução do resultado tributável futuro, ou quando existam impostos diferidos passivos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os impostos diferidos activos sejam revertidos. No final de cada exercício é efectuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

2.10 Rédito e especialização de exercícios

Os proveitos decorrentes de vendas (que respeitam essencialmente à impressão de jornais, revistas, listas telefónicas, boletins e outros) são reconhecidos na demonstração consolidada do rendimento integral quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos comerciais e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Os descontos de pronto pagamento apenas são concedidos em determinadas circunstâncias que se poderão verificar ou não, não existindo à data do reconhecimento inicial das contas a receber qualquer obrigação

(Montantes expressos em Euros)

construtiva ou legal de conceder aqueles descontos, os quais são registados quando a obrigação da sua concessão ocorre, como custo financeiro.

Os juros e proveitos financeiros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios e de acordo com a taxa de juro efectiva aplicável.

Os custos e proveitos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são determinados com base em estimativas.

2.11 Imparidade de activos

O Grupo efectua avaliações de imparidade dos seus activos fixos tangíveis e intangíveis sempre que ocorra algum evento ou alteração que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso de existência de tais indícios, o Grupo procede à determinação do valor recuperável do activo, de modo a determinar a extensão da perda por imparidade.

O valor recuperável é estimado para cada activo individualmente ou, no caso de tal não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o activo pertence.

O valor recuperável é determinado pelo valor mais alto entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso decorre dos fluxos de caixa futuros actualizados com base em taxas de desconto que reflectam o valor actual do capital e o risco específico do activo.

Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade na demonstração do rendimento integral do período a que se refere. Quando uma perda por imparidade é subsequentemente revertida, o valor contabilístico do activo é actualizado para o seu valor estimado. Contudo, a reversão da perda por imparidade só pode ser efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, líquida de amortização, caso a perda por imparidade não tivesse sido registada em exercícios anteriores. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida de imediato na demonstração do rendimento integral.

2.12 Classificação da demonstração da posição financeira

Os activos realizáveis a menos de um ano da data de reporte e os passivos cuja exigibilidade não possa ser incondicionalmente diferida pela Empresa para um ano após a data de reporte, ou que seja expectável que se realizem ou sejam exigíveis no decurso normal das operações e os activos que sejam detidos com a intenção de transacção, são classificados, respectivamente, no activo e no passivo como correntes. Todos os restantes activos e passivos são considerados como não correntes.

2.13 Existências

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado, utilizando-se o custo médio como método de custeio das saídas.

São registadas perdas por imparidade nos casos em que o custo das matérias-primas, subsidiárias e de consumo é superior ao seu valor estimado de recuperação.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado.

(Montantes expressos em Euros)

3. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ESTIMATIVAS E ERROS FUNDAMENTAIS

Durante o trimestre findo em 31 de Março de 2011, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas relativamente às utilizadas na preparação e apresentação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

4. EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As empresas incluídas na consolidação, suas sedes sociais e proporção do capital efectivamente detido em 31 de Março de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, são as seguintes:

Denominação social	Sede	Percentagem efectiva em	
		31 de Março de 2011	31 de Dezembro de 2010
Lisgráfica, S.A.	Barcarena	Mãe	Mãe
Gestigráfica - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. ("Gestigráfica")	Barcarena	100	100
Geafilis - Reprodução e Artes Gráficas, S.A. ("Grafilis")	Barcarena	100	100

5. ALTERAÇÕES OCORRIDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Durante os trimestres findos em 31 de Março de 2011 e 2010, não ocorreram alterações ao perímetro de consolidação.

6. VENDAS POR PRODUTO

Nos trimestres findos em 31 de Março de 2011 e 2010, as vendas detalham-se como segue:

	31 de Março de 2011	31 de Março de 2010
Revistas	4.425.000	3.885.019
Jornais e suplementos	1.039.000	1.810.095
Catálogos e folhetos	1.014.000	1.717.075
Listas	143.000	195.438
Outros	190.291	218.436
	6.811.291	7.826.063

Durante os trimestres findos em 31 de Março de 2011 e 2010, as vendas realizaram-se, essencialmente, no mercado nacional.

(Montantes expressos em Euros)

7. OUTROS PROVEITOS OPERACIONAIS

Durante os trimestres findos em 31 de Março de 2011 e 2010, esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

	31 de Março de 2011	31 de Março de 2010
Aluguer de instalações	151.091	149.005
Imputações de custos	88.702	86.065
Reduções de provisões	-	35.665
Variação da produção	81.969	76.947
Outros proveitos operacionais	7.540	38.836
	<u>329.302</u>	<u>386.518</u>

8. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS

Durante os trimestres findos em 31 de Março de 2011 e 2010, esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

	31 de Março de 2011	31 de Março de 2010
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	2.600.120	3.131.613
Mercadorias vendidas	42.496	94.659
	<u>2.642.616</u>	<u>3.226.272</u>

9. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Durante os exercícios findos em 31 de Março de 2011 e 2010, esta rubrica teve a seguinte composição:

	31 de Março de 2011	31 de Março de 2010
Subcontratos	127.686	231.147
Trabalhos especializados	118.658	119.405
Conservação e reparação	183.376	169.488
Energia e fluidos	567.871	673.510
Deslocações, estadas e transportes	91.067	110.496
Rendas e alugueres (a)	607.481	949.883
Outros	179.203	186.886
	<u>1.875.342</u>	<u>2.440.815</u>

- (a) Em 31 de Março de 2011 e 2010, esta rubrica inclui o montante de 167 832 Euros, decorrente de transacções com entidades relacionadas (Nota 29).

(Montantes expressos em Euros)

10. CUSTOS COM O PESSOAL

Durante os trimestres findos em 31 de Março de 2011 e 2010, os custos com o pessoal foram como segue:

	31 de Março de 2011	31 de Março de 2010
Salários e outras remunerações	1.586.054	1.608.437
Encargos sobre remunerações	367.058	375.446
Outros	463.561	263.573
	<u>2.416.673</u>	<u>2.247.456</u>

Nos trimestres findos em 31 de Março de 2011 e 2010, o número médio de pessoal ao serviço do Grupo foi de 318 e 350 empregados, respectivamente.

Os outros custos incorridos com pessoal no decorrer do exercício findo em 31 de Março de 2011, respeitam, essencialmente, a indemnizações (230.712) suportadas com rescisões de contratos de trabalho com colaboradores do Grupo, derivados do plano de reestruturação que já foi implementado.

11. CUSTOS E PROVEITOS FINANCEIROS, LÍQUIDOS

Os custos e proveitos financeiros dos trimestres findos em 31 de Março de 2011 e 2010, têm a seguinte composição:

	31 de Março de 2011	31 de Março de 2010
<u>Custos financeiros:</u>		
Juros suportados	590.937	371.884
Outros custos financeiros	64.869	283.116
	<u>655.806</u>	<u>655.000</u>
<u>Proveitos financeiros:</u>		
Juros obtidos	248	343
Outros proveitos financeiros	-	275
	<u>248</u>	<u>618</u>
Custos financeiros, líquidos	<u>655.558</u>	<u>654.382</u>

12. IMPOSTOS DIFERIDOS

Em 31 de Março de 2011, os passivos por impostos diferidos no montante de 985.205 Euros, estão relacionados com o justo valor de direitos contratuais de clientes, com mais-valias não tributadas, deduzidas da parte reinvestida, tendo a Empresa optado por registar activos por impostos diferidos decorrente de prejuízos fiscais reportáveis, até à concorrência daquele montante, uma vez que, a sua expectativa relativamente ao excedente daquele valor, não é realizável ou exigível no período de reversão das respectivas diferenças temporárias.

(Montantes expressos em Euros)

13. ACTIVOS INTANGÍVEIS

As variações ocorridas na rubrica dos activos intangíveis resultam do efeito das amortizações do período findo em 31 de Março de 2011.

14. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

As variações ocorridas na rubrica de activos tangíveis resultam, essencialmente, do efeito das amortizações do período findo em 31 de Março de 2011.

15. OUTROS ACTIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de Março de 2011 e 2010, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31 de Março de 2011	31 de Dezembro de 2010
Rasográfica, S.A.	9.038.028	9.385.372
Gestprint - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	2.809.154	2.809.154
Gespatrimónio - Rendimento Sociedade Gestora, S.A.	1.580.223	1.580.223
Depósitos a prazo	85.317	98.788
	<u>13.512.722</u>	<u>13.873.537</u>

(a) Esta rubrica corresponde a um adiantamento concedido por conta da exploração de um projecto imobiliário a ser desenvolvido em conjunto com a Gespatrimónio. No entendimento do Conselho Administração, este montante não será recebido no curto prazo, pelo que foi classificado a médio e longo prazo.

(b) Em 31 de Março de 2011, os depósitos a prazo encontravam-se condicionados, essencialmente, à libertação das garantias bancárias solicitadas no âmbito do procedimento extrajudicial de conciliação (Nota 22).

16. EXISTÊNCIAS

Em 31 de Março de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31 de Março de 2011			31 de Dezembro de 2010		
	Valor bruto	Perdas por imparidade	Quantia líquida	Valor bruto	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	779.394	(52.269)	727.125	835.328	(52.269)	783.059
Produtos e trabalhos em curso	119.185	-	119.185	37.216	-	37.216
	<u>898.579</u>	<u>(52.269)</u>	<u>846.310</u>	<u>872.544</u>	<u>(52.269)</u>	<u>820.275</u>

(Montantes expressos em Euros)

17. CLIENTES E CONTAS A RECEBER

Em 31 de Março de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31 de Março de 2011			31 de Dezembro de 2010		
	Valor nominal	Perdas de imparidade	Valor líquido	Valor nominal	Perdas de imparidade	Valor líquido
Não correntes:						
Clientes	<u>5.402.949</u>	<u>(1.799.075)</u>	<u>3.603.874</u>	<u>5.402.949</u>	<u>(1.799.075)</u>	<u>3.603.874</u>
Correntes:						
Clientes	<u>18.425.302</u>	<u>(8.965.718)</u>	<u>9.459.584</u>	<u>19.515.689</u>	<u>(8.965.718)</u>	<u>10.549.971</u>

Em 31 de Março de 2011, as perdas de imparidade acumuladas de clientes e contas a receber correspondem a 10.764.793 Euros.

No trimestre findo em 31 de Março de 2011 não foram reconhecidas quaisquer perdas por imparidade em dívidas a receber.

18. OUTROS ACTIVOS CORRENTES

Em 31 de Março de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31 de Março de 2011	31 de Dezembro de 2010
Devedores diversos	765.530	638.556
Rasográfica (Nota 29)	1.646.147	1.145.288
Devedores por acréscimos de rendimentos:		
Rappel de fornecedores	76.548	92.008
Retenções na fonte	49.872	49.872
Diferimentos:		
Juros a debitar (Nota 29)	550.568	550.568
Outros diferimentos	-	29.472
Adiantamentos a fornecedores	40.406	35.433
	<u>3.129.071</u>	<u>2.541.197</u>

(Montantes expressos em Euros)

19. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Em 31 de Março de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, a discriminação de caixa e seus equivalentes constantes na demonstração de fluxos de caixa, e a reconciliação entre o seu valor e o montante de disponibilidade constante na demonstração da posição financeira naquelas datas, é como segue:

	31 de Março de 2011	31 de Dezembro de 2010
Numerário	2.138	3.700
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	180.760	215.278
	182.898	218.978
Descobertos bancários (Nota 22)	(274.238)	(315.938)
	<u>(91.340)</u>	<u>(96.960)</u>

A rubrica de caixa e equivalentes a caixa compreende os valores de caixa e depósitos imediatamente mobilizáveis para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

20. ACTIVOS DISPONIVEIS PARA VENDA

Esta rubrica corresponde a 5.482 acções do Banco Espírito Santo, S.A. registadas ao custo de aquisição por 33.692 Euros e a uma quota no montante de 2.000 Euros da Flat Field ó Marketing e Promoções, Lda., também registada ao custo de aquisição.

21. CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de Março de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, o capital social da Empresa era detido pelos seguintes accionistas:

	<u>Nº de acções</u>	<u>Percentagem</u>
Rasográfica	95.196.620	50,99%
Gesprint	73.558.462	39,40%
Outros, inferiores a 10% do capital	17.941.538	9,61%
	<u>186.696.620</u>	<u>100,00%</u>

Reserva legal: A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do rendimento integral líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Reservas de reavaliação: Esta rubrica resulta, da reavaliação do imobilizado corpóreo, efectuada nos termos da legislação aplicável. De acordo com a legislação vigente e as práticas contabilísticas seguidas em Portugal, estas reservas não são distribuíveis aos accionistas podendo apenas, em determinadas circunstâncias, ser utilizadas em futuros aumentos do capital e cobertura de resultados transitados negativos.

(Montantes expressos em Euros)

22. EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Em 31 de Março de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31 de Março de 2011		31 de Dezembro de 2010	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Empréstimos bancários (a)	8.450.195	29.424.240	8.597.815	29.552.638
Outros empréstimos (b)	371.203	287.382	371.200	323.308
Descobertos bancários (c)	274.237	-	315.938	-
Factoring (d)	5.246.922	-	5.663.776	-
Letras descontadas (e)	1.904.223	-	1.965.122	-
Cheques pré-datados (f)	787.845	-	693.611	-
	<u>17.034.625</u>	<u>29.711.622</u>	<u>17.607.462</u>	<u>29.875.946</u>

(a) Em 31 de Março de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, o detalhe dos empréstimos bancários era como segue:

	31 de Março de 2011		31 de Dezembro de 2010	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Banco Espírito Santo, S.A. ("BES") (i)	1.098.557	-	1.098.557	-
BCP (ii)	-	2.650.000	-	2.650.000
Barclays Bank, S.A. ("Barclays") (iii)	1.000.000	-	1.000.000	-
Caixa Geral de Depósitos, S.A. ("CGD") (iv)	2.311.609	-	2.311.609	-
BES (v)	115.000	-	186.720	-
Banco Internacional do Funchal, S.A. ("Banif") (vi)	2.410.000	-	2.410.000	-
Banco Português de Negócios, S.A. ("BPN")	-	-	46.875	-
Finibanco, S.A. ("Finibanco") (vii)	87.042	84.040	83.333	104.167
Caixa Económica Montepio Geral, S.A. ("Montepio") (vii)	156.922	225.101	157.200	235.814
BCP (ix)	-	1.021.236	-	1.021.236
BCP (x)	-	20.240.000	-	20.240.000
BCP (xi)	-	4.000.000	-	4.000.000
BCP (xii)	233.333	58.334	233.333	116.667
Banco Popular, S.A. ("BP") (xiii)	56.163	144.184	53.333	155.556
Banif (xiv)	50.616	385.120	50.000	395.833
Banif (xv)	80.953	616.225	80.004	633.365
Contas correntes caucionadas (xvi)	850.000	-	886.851	-
	<u>8.450.195</u>	<u>29.424.240</u>	<u>8.597.815</u>	<u>29.552.638</u>

- (i) Empréstimo correspondente a duas linhas conta-corrente caucionada com o BES, sem plano de amortização contratado, no valor de 1.098.557 Euros, com as seguintes particularidades:
- Linha de 598.557 Euros ó taxa de referência: Euribor a 3 meses, acrescida de 4,25%;
 - Linha de 500.000 Euros ó taxa de referência: Euribor a 90 dias, acrescida de 4,75%;
- Em resultado da contratação deste financiamento, a Empresa assumiu diversos *öcovenantsö*, relacionados, essencialmente, com rácios (autonomia financeira e cobertura do serviço da dívida) os quais não estão a ser cumpridos, pelo que o Banco poderá considerar o financiamento vencido,

(Montantes expressos em Euros)

tendo o mesmo sido classificado no curto prazo.

- (ii) Financiamento renegociado pelo BCP em Dezembro de 2010, no montante inicial de 2.650.000 Euros, com carência de capital e juros, de três anos e de seis meses, respectivamente. Após esse período, o capital será amortizável em 118 prestações mensais com início a 15 de Janeiro de 2014 e término em 15 de Outubro 2023. As primeiras 70 prestações no montante de 13.475 Euros e as restantes 48, no montante de 35.558 Euros. Em 31 de Março de 2011, o montante em dívida ascendia a 2.650.000 Euros que se vence a médio e longo prazo. Adicionalmente, vence juros à taxa Euribor a 1 mês, acrescida de 2%. Como garantia do integral cumprimento deste empréstimo, a Rasográfica e a Gestprint subscreveram uma livrança em branco e adicionalmente cederam em penhor as acções detidas no capital da Lisgráfica.
- (iii) Financiamento concedido pelo Barclays, no montante inicial de 1.000.000 Euros, com carência de capital de doze meses. Após esse período, o capital seria amortizável em 36 prestações mensais com início em 24 de Outubro de 2010 e término em 24 de Setembro de 2014. Em 31 de Março de 2011, o montante em dívida ascendia a 1.000.000 Euros. Adicionalmente, naquela data, existia 166.667 Euros em mora, face ao plano de reembolso contratado, pelo que a totalidade do financiamento foi considerado como exigível a curto prazo. Vence juros à taxa Euribor a 1 mês, acrescida de 3%.
- (iv) Financiamento concedido pela CGD em 5 de Junho de 2009, no montante inicial de 2.375.000 Euros. O capital será amortizável em 13 prestações mensais com início em 7 de Julho de 2009 e término em 7 de Julho de 2010, sendo as primeiras 12 prestações, no montante de 62.500 Euros cada, e a última prestação, no montante de 1.625.000 Euros. Em 31 de Março de 2011, o montante em dívida ascendia a 2.311.609 Euros o qual se encontra em mora, face ao plano de reembolso contratado. Consequentemente, o contrato de financiamento não está a ser cumprido, pelo que a CGD poderá considerar o financiamento vencido, tendo a totalidade do saldo em dívida sido classificada no curto prazo. Adicionalmente, este financiamento vence juros à taxa Euribor a 1 mês, acrescida de 2,75%.
- (v) Financiamento concedido pelo BES, no montante inicial de 420.400 Euros, que se venceu em 15 de Fevereiro de 2010 (270.400 Euros) e 29 de Março de 2010 (150.000 Euros). Em 31 de Março de 2011, o montante em dívida ascendia a 115.000 Euros. Adicionalmente, este financiamento encontra-se em mora e vence juros à taxa Euribor a 6 meses, acrescida de 1,625%.
- (vi) Financiamento concedido pelo Banif em 22 de Maio de 2009, no montante inicial de 2.410.000 Euros. O capital será amortizável em 73 prestações mensais, com início em 22 de Junho de 2010 e término em 22 de Julho de 2016, sendo as prestações no montante de 33.014 Euros cada. Em 31 de Março de 2011, o montante em dívida ascendia a 2.410.000 Euros, do qual 300.140 Euros se encontra em mora, face ao plano de reembolso contratado. Consequentemente, o contrato de financiamento não está a ser cumprido, pelo que o Banif poderá considerar o financiamento vencido, tendo a totalidade do saldo em dívida sido classificada no curto prazo. Adicionalmente, este financiamento vence juros à taxa Euribor a 1 mês, acrescida de 2,75%.
- (vii) Financiamento concedido pelo Finibanco, no montante inicial de 250.000 Euros, amortizável em 36 prestações mensais de 6.944 Euros, com início em 15 de Abril de 2010 e término em 15 de Março de 2013. Em 31 de Março de 2011, o montante em dívida ascendia a 171.082 Euros, do qual 84.040 Euros se vence a médio e longo prazo. Adicionalmente, vence juros à taxa Euribor a 1 mês, acrescida de 4,5%.

(Montantes expressos em Euros)

- (viii) Financiamento concedido pelo Montepio, no montante inicial de 500.000 Euros, com carência de capital de seis meses e, após esse período, o capital será amortizável em 42 prestações mensais e constantes, com início em 16 de Janeiro de 2010 e término em 16 de Janeiro de 2013. Em Abril de 2010, o montante em dívida era de 471.614 Euros, tendo-se realizado um aditamento ao contrato inicial, passando o capital a ser amortizado em 36 prestações mensais, com início em 16 de Julho de 2010 e término em 16 de Junho de 2013. Em 31 de Março de 2011, o montante em dívida ascendia a 382.023 Euros do qual 225.101 Euros se vence a médio e longo prazo. Adicionalmente, vence juros à taxa Euribor a 3 meses, acrescida de 4%.
- (ix) Financiamento concedido pelo BCP em Dezembro de 2010, no montante inicial de 1.021.236 Euros, com carência de capital e juros, de três anos e seis meses, respectivamente. Após esse período, o capital será amortizável em 51 prestações mensais com início a 14 de Janeiro de 2014 e término em 18 de Março 2018. Em 31 de Março de 2011, o montante em dívida ascendia a 1.021.236 Euros que se vence a médio e longo prazo. Em resultado da negociação deste financiamento, a Empresa assumiu como garantia, o penhor sobre direito de créditos emergentes do contrato de impressão celebrado em 19 de Dezembro de 2008 entre a Empresa e as Páginas Amarelas. Adicionalmente, vence juros à taxa Euribor a 1 mês, acrescida de 2%. Como garante do integral cumprimento deste empréstimo, a Lisgráfica subscreveu uma livrança em branco e constituiu o penhor sobre direitos de crédito emergentes do contrato da impressão com o cliente Páginas Amarelas, S.A..
- (x) Financiamento concedido pelo BCP em Dezembro de 2010, no montante inicial de 20.240.000 Euros, com carência de capital e juros, de três anos e seis meses, respectivamente. Após esse período, o capital será amortizável em 84 prestações mensais com início a 30 de Janeiro de 2014 e término em 20 de Dezembro 2020. As primeiras 36 prestações ascenderão a 144.536 Euros cada, posteriormente 47 prestações no montante de 313.161 Euros e a última no montante de 318.162 Euros. Em resultado da contratação deste financiamento, a Empresa assumiu diversos *covenants* a serem cumpridos durante o período de vigência do contrato de financiamento (nomeadamente, cumprimento dos contratos de financiamento celebrados, independentemente da sociedade financiadora, taxas, contribuições e impostos, restrições relativamente à contratação de novos financiamentos, entre outros). A Empresa assumiu ainda diversas garantias nomeadamente, a prestação de aval pelos accionistas Rasográfica e Gestprint, detentoras, actualmente, respectivamente, de 50,1% e 39% das acções representativas do capital social da Empresa, a constituição de penhor financeiro pela Rasográfica sobre 8.500.000 acções de sua titularidade, representativas do capital social da Empresa e outorga de respectiva procuração irrevogável, a constituição de penhor financeiro pela Gestprint sobre 72.223.016 acções de sua titularidade, representativas do capital social da Empresa e outorga de respectiva procuração irrevogável, a constituição de penhor sobre os direitos de crédito e consignação de receitas atribuídos à Empresa nos termos do contrato / protocolo celebrado em 20 de Julho de 2004, entre esta e o Fundo de Investimento Imobiliário gerido e legalmente representado pela ESAF, para o desenvolvimento conjunto de um projecto imobiliário do qual participam, o penhor sobre os direitos de crédito do contrato de impressão com o cliente Páginas Amarelas, S.A., a constituição de um penhor sobre equipamentos desonerados e a subscrição de uma livrança caução pela Empresa.
- (xi) Financiamento concedido pelo BCP em Dezembro de 2010, no montante inicial de 4.000.000 Euros, com carência de capital até à data de vencimento que ocorre a 30 de Dezembro de 2015 e de juros durante os primeiros seis meses. Em resultado da contratação deste financiamento, a Empresa assumiu diversos *covenants* a serem cumpridos durante o período de vigência do contrato de financiamento (nomeadamente, cumprimento dos contratos de financiamento celebrados, independentemente da sociedade financiadora, taxas, contribuições e impostos, restrições relativamente à contratação de novos financiamentos, entre outros). Adicionalmente, vence juros à taxa Euribor a 6 meses, acrescida de 2%. Como garante do integrante cumprimento

(Montantes expressos em Euros)

deste empréstimo, foi constituído penhor do crédito detido pela Lisgráfica sobre a Impala; a consignação das receitas líquidas emergentes do crédito consignado e a subscrição de uma livrança caução em branco.

- (xii) Financiamento concedido pelo BCP, no montante inicial de 350.000 Euros, amortizável em 18 prestações mensais, no montante de 19.444 Euros com início a 30 de Janeiro de 2011 e término em 30 de Junho 2012. Em resultado da contratação deste financiamento, a Empresa assumiu diversos *covenants* a serem cumpridos durante o período de vigência do contrato de financiamento (nomeadamente, cumprimento dos contratos de financiamento celebrados, independentemente da sociedade financiadora, taxas, contribuições e impostos, restrições relativamente à contratação de novos financiamentos, entre outros). Em 31 de Março de 2011, o montante em dívida ascendia a 291.667 Euros, do qual 58.334 Euros se vence a médio e longo prazo. Adicionalmente, vence juros à taxa Euribor a 1 mês, acrescida de 3%.
 - (xiii) Financiamento concedido pelo BP, no montante inicial de 240.000 Euros, amortizável em 54 prestações mensais e constantes, com início em 25 de Junho de 2010 e término em 25 de Novembro de 2014. Em 31 de Março de 2011, o montante em dívida ascendia a 200.347 Euros, do qual 144.184 Euros se vence a médio e longo prazo. Vence juros à taxa Euribor a 3 meses, acrescida de 2,5%.
 - (xiv) Financiamento concedido pelo Banif, no montante inicial de 450.000 Euros, amortizável em 108 prestações mensais de 4.167 Euros, com início em 19 de Dezembro de 2010 e término em 19 de Novembro de 2019. Em 31 de Março de 2011, o montante em dívida ascendia a 435.736 Euros, do qual 385.120 Euros se vence a médio e longo prazo. Vence juros à taxa Euribor a 3 meses, acrescida de 2,5%.
 - (xv) Financiamento concedido pelo Banif, no montante inicial de 720.000 Euros, amortizável em 108 prestações mensais de 6.667 Euros, com início em 23 de Dezembro de 2010 e término em 23 de Novembro de 2019. Em 31 de Março de 2011, o montante em dívida ascendia a 697.178 Euros, do qual 633.365 Euros se vence a médio e longo prazo. Vence juros à taxa Euribor a 3 meses, acrescida de 2,5%.
 - (xvi) As contas correntes caucionadas respeitam a linhas de crédito concedidas, essencialmente, pelo BCP, vencendo juros a taxas correntes de mercado para as operações similares e são exigíveis no curto prazo.
- (b) Esta rubrica corresponde a um subsídio reembolsável obtido no âmbito do Pedip II (Contrato n.º S/95/703), recebido nos exercícios de 1996 e 1998, no total de 5.167.207 Euros e corresponde a 94,72% do incentivo contratado e o respectivo contrato tem um plano de reembolso de nove prestações semestrais, iniciando-se 24 meses após cada utilização. Até 31 de Julho de 2005, a Empresa amortizou 3.155.529 Euros e encontrava-se em dívida o montante de 2.011.678 Euros, o qual foi objecto de uma garantia bancária, que actualmente é de 395.151 Euros (Nota 30). A Empresa mantém, também, um depósito a prazo, no montante de 98.788 Euros cuja movimentação está condicionada à redução da referida garantia (Nota 15), uma vez que terá de ser 25% desta. Em 31 de Julho de 2005, a Empresa obteve aprovação do IAPMEI para o pedido formulado de inclusão da dívida no procedimento extrajudicial de conciliação. Este financiamento vence juros à taxa de 2,5% por ano, tendo o mesmo sido renegociado em data posterior. Entre Janeiro e Abril de 2011, a prestação mensal é de 11.974 Euros, sendo que, a partir de Maio de 2011, os pagamentos mensais serão de 40.413 Euros. Em 31 de Março de 2011, o valor em dívida ascendia a 658.585 Euros do qual 287.885 Euros se vence a médio e longo prazo.

(Montantes expressos em Euros)

- (c) Em 31 de Março de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, os descobertos bancários são facilidades concedidas, essencialmente, pelo BES e BCP, respectivamente, destinadas a suprir necessidades pontuais de tesouraria e vencem juros a taxas correntes de mercado (Nota 19).
- (d) O saldo desta rubrica corresponde a financiamento em regime de *factoring*, com recurso, que vencem juros a taxas normais de mercado para operações similares.
- (e) O saldo desta rubrica corresponde a saques sobre terceiros, descontados e não vencidos, que vencem juros a taxas normais de mercado para operações similares.
- (f) A rubrica de cheques pré-datados, no valor de 787.844 Euros, inclui cheques de clientes para liquidação de facturas, os quais foram objecto de desconto junto de instituições de crédito. Em 31 de Março de 2010, a Empresa tinha contratadas duas linhas de descontos de cheques, as quais se detalham:
- BPN, com *plafond* de 250.000 Euros, vence juros à taxa Euribor a 3 meses, acrescida de 2%;
 - BCP, com *plafond* de 600.000 Euros, vence juros à taxa Euribor a 1 mês, acrescida de 1,375%.

23. LOCAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de Março de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31 de Março de 2011		31 de Dezembro de 2010	
	Passivos correntes	Passivos não correntes	Passivos correntes	Passivos não correntes
Credores por locações financeiras	2.319.717	2.533.452	2.344.525	2.607.094

Em 31 de Março de 2011, a Empresa tem contas a pagar às locadoras no montante de 12.781.243 Euros, do qual 10.471.874 Euros classificado em médio e longo prazo, deduzido de adiantamentos pagos por conta, no montante de 5.942.023 Euros e do pagamento de 1.922.757 Euros alocados à amortização das rendas a liquidar. Estes montantes vencem-se como se segue:

3 últimos trim. 2011 e 1º. Trim 2012 (i)	2.319.717
3 últimos trim. 2012 e 1º. Trim 2013	1.094.822
3 últimos trim. 2013 e 1º. Trim 2014	1.093.265
3 últimos trim. 2014 e 1º. Trim 2015	1.099.211
3 últimos trim. 2015 e 1º. Trim 2016	1.118.255
3 últimos trimestres de 2016 e anos seguintes	5.992.679
	10.398.232
Adiantamentos (ii)	(5.942.023)
Pagamento por conta	(1.922.757)
	2.533.452

(i) Esta rubrica inclui contas vencidas a pagar à Gestprint no montante de, aproximadamente, 984.000 Euros.

(ii) A Empresa celebrou, em 2008, um contrato de sublocação com a Gestprint para a aquisição do equipamento de impressão rotativa, pelo valor de 7.928.073 Euros (Nota 29), com um plano de pagamento de 8 anos, vencendo juros à taxa anual de 6,816% e tendo sido definido um valor residual de 2.400.000 Euros. Adicionalmente, decorrente deste contrato de sublocação, a Empresa procedeu em exercícios anteriores a pagamentos à Gestprint de 1.528.073 Euros e 4.413.950 Euros, correspondente ao

(Montantes expressos em Euros)

adiantamento do valor de retoma e a cauções, respectivamente (Nota 29). Estes adiantamentos vencem juros à taxa média de financiamento. No exercício de 2010, a Empresa procedeu a um pagamento no montante de 1.922.757 Euros que foi alocada à amortização das rendas a liquidar (Nota 29).

- (ii) A Empresa celebrou, em 2008, um contrato de sublocação com a Gestprint para a aquisição do equipamento de impressão Rotativa 106, pelo valor de 7.928.073 Euros (Nota 29), com um plano de pagamento de 8 anos, vencendo juros à taxa anual de 6,816% e tendo sido definido um valor residual de 2.400.000 Euros. Adicionalmente, decorrente deste contrato de sublocação, a Empresa procedeu em exercícios anteriores a pagamentos à Gestprint de 1.528.073 Euros e 4.413.950 Euros, correspondente ao adiantamento do valor de retoma e a cauções, respectivamente (Nota 29). Estes adiantamentos vencem juros à taxa média de financiamento.

24. PROVISÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

Provisões:

Não ocorreram movimentos na rubrica de provisões

Perdas de imparidade:

Não ocorreram movimentos na rubrica perdas por imparidade.

25. OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES

Esta rubrica respeita a direitos contratuais de impressão que estão a ser amortizados linearmente, durante o período dos respectivos contratos.

26. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR

Em 31 de Março de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31 de Março de 2011		31 de Dezembro de 2010	
	Passivos correntes	Passivos não correntes	Passivos correntes	Passivos não correntes
Fornecedores, conta corrente (a)	12.221.945	3.373.888	12.463.877	3.497.547
Fornecedores, títulos a pagar	972.971	-	644.639	-
Fornecedores de imobilizado	59.167	-	115.807	-
Fornecedores, facturas em recepção e conferência	19.957	-	84.246	-
Fornecedores de imobilizado, títulos a pagar	175.492	-	175.492	-
Contas a pagar:				
Rappel a liquidar	534.117	-	519.668	-
Remunerações a liquidar	1.369.879	-	1.051.201	-
Juros a liquidar (b)	2.089.190	-	1.906.892	-
Fornecimentos e serviços externos	333.591	-	168.784	-
Outros custos e perdas	293.910	-	152.361	-
	<u>18.070.219</u>	<u>3.373.888</u>	<u>17.282.967</u>	<u>3.497.547</u>

(Montantes expressos em Euros)

- (a) Em Novembro de 2010, foi celebrado um aditamento ao contrato estabelecido entre a ESAF e a Empresa onde acordam alterar o montante da renda devida para 145.603 Euros. A renda passa a ser paga postecipadamente no mês a que disser respeito. A quantia devedora nessa data, no montante de 3.927.256 Euros será paga da seguinte forma: 1.663.807 Euros em 36 prestações mensais e sucessivas de 46.217 Euros vencendo-se a primeira em 1 de Abril de 2011 e 2.263.448 Euros por conta da mais-valia futura no projecto imobiliário gerido pela Gespatrimónio/ESAF. Em 31 de Março de 2011, o montante em dívida nominal ascendia a 3.927.256 Euros, do qual 3.511.304 Euros se vence no médio e longo prazo.
- (b) Em 31 de Março de 2011, esta rubrica inclui o montante de 1.181.895 Euros a pagar a entidades relacionadas (Nota 29).

27. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de Março de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	<u>31 de Março de 2011</u>	<u>31 de Dezembro de 2010</u>
Adiantamento de clientes	6.881	6.881
Credores diversos:		
Indemnizações a liquidar	424.400	349.450
Outros	17.707	256.950
Proveitos diferidos	281.250	95.867
	<u>730.238</u>	<u>709.148</u>

28. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	<u>31 de Março de 2011</u>			<u>31 de Dezembro de 2010</u>		
	<u>Activos correntes</u>	<u>Passivos correntes</u>	<u>Passivos não correntes</u>	<u>Activos correntes</u>	<u>Passivos correntes</u>	<u>Passivos não correntes</u>
IRC (a)	323.124	(173.071)	-	287.071	(173.457)	-
IVA	20.899	(76.305)	-	8.086	(148.105)	-
Contribuições para a Segurança Social	-	(372.886)	-	-	(302.035)	-
IRS	-	(181.116)	-	-	(141.531)	-
Dívidas integradas em planos de pagamentos	-	(437.399)	(2.427.786)	-	(452.325)	(2.472.098)
Outros	-	(1.526)	-	387	(1.317)	-
	<u>344.023</u>	<u>(1.242.303)</u>	<u>(2.427.786)</u>	<u>295.544</u>	<u>(1.218.770)</u>	<u>(2.472.098)</u>

Em 31 de Março 2011 e 31 de Dezembro de 2010, os saldos devedores de IRC englobam pagamentos especiais por conta, nos montantes de 323.124 Euros e 287.071 Euros, respectivamente.

(Montantes expressos em Euros)

- (a) No exercício de 2003, a Empresa solicitou ao IAPMEI, Segurança Social e Direcção Geral de Impostos, a instauração de um procedimento extrajudicial de conciliação nos termos do Decreto-Lei nº 316/98, de 20 de Outubro, conducente à regularização dos valores vencidos, tendo proposto a regularização das dívidas vencidas à Segurança Social em cento e cinquenta prestações mensais de 29.541 Euros e a regularização das dívidas vencidas de IRS e de IVA, em sessenta prestações mensais de 42.892 Euros, e juros vincendos calculados à taxa de 2,5%. O acordo final para a regularização nos termos propostos foi subscrito pelas partes envolvidas em 31 de Julho de 2005, o qual aprova o não pagamento de juros vencidos, dele sendo lavrada acta final nessa data, tendo o seu início em Setembro de 2005. Ao abrigo deste acordo, a Empresa solicitou a emissão de garantias bancárias a favor do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social e Direcção Geral de Impostos, nos montantes, de 3.397.244 Euros e 1.648.394 Euros, respectivamente (Nota 30). O referido procedimento extrajudicial de conciliação tem como pressuposto a consolidação financeira da Empresa.

Em 31 de Março de 2011, as dívidas integradas em planos de pagamento respeitam às incluídas no procedimento extrajudicial de conciliação, venciam-se, conforme segue:

3 ultimos trimestres de 2011 e 1º. Trimestre de 2012	<u>406.372</u>
3 ultimos trimestres de 2012 e 1º. Trimestre de 2013	406.372
3 ultimos trimestres de 2013 e 1º. Trimestre de 2014	406.372
3 ultimos trimestres de 2014 e 1º. Trimestre de 2015	406.372
3 ultimos trimestres de 2015 e 1º. Trimestre de 2016	406.372
3 ultimos trimestres de 2016 e seguintes	<u>802.298</u>
	<u>2.427.786</u>
	<u>2.834.158</u>

29. SALDOS E TRANSACÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

Os saldos em 31 de Março de 2011 e as transacções efectuadas com empresas relacionadas excluídas da consolidação, no exercício findo naquelas datas, são os seguintes:

	Saldos				Transacções	
	Outros activos não correntes (Nota 15)	Outros activos correntes (Nota 18)	Credores por locação financeira (Nota 23)	Fornecedores e contas a pagar (Nota 26)	Fornecimentos e serviços externos (Nota 9)	Custos e perdas financeiras (Nota 11)
Rasográfica	9.038.028	1.646.147	-	-	167.832	-
Gestprint	<u>2.809.154</u>	<u>272.687</u>	<u>(63.293)</u>	<u>(1.181.895)</u>	<u>-</u>	<u>116.474</u>
	<u>11.847.182</u>	<u>1.918.834</u>	<u>(63.293)</u>	<u>(1.181.895)</u>	<u>167.832</u>	<u>116.474</u>

- (a) Em 31 de Março de 2011, o Grupo tem contas a receber da Rasográfica, no montante de 10.507.105 Euros, conforme segue:

- 1.404.900 Euros, titulado por duas letras letra no montante de 535.500 Euros e 869.400 Euros, respectivamente, descontadas numa instituição financeira, não vencendo juros e dos quais 143.570

(Montantes expressos em Euros)

Euros têm prazo de vencimento a ocorrer no curto prazo, sendo que o montante remanescente foi registado a médio e longo prazo.

- 1.405.000 Euros, corresponde a cauções prestadas ao abrigo do contrato de arrendamento das instalações de Campo Raso, propriedade da Rasográfica, cujo reembolso encontra-se associado ao término do contrato de arrendamento das instalações de Campo Raso, pelo que foi registado a médio e longo prazo e vence juros à taxa média de financiamento da Lisgráfica;
- 7.697.205 Euros que vence juros à taxa média de financiamento da Lisgráfica e será reembolsado de Julho de 2011 até Junho de 2015, através do reembolso em prestações trimestrais, conforme acordado com o accionista, sendo que 1.502.578 Euros foram classificados como correntes, de acordo com o plano financeiro renegociado em 2010. Aquele montante inclui 85.260 Euros referente a juros do exercício de 2008, debitados em 2009 e 277.500 Euros referente aos juros de 2009;

Adicionalmente, a Gestigráfica tem uma conta a receber da Rasográfica no montante de 177.070 Euros que foi classificada a médio e longo prazo, em virtude de não ter um plano de reembolso definido, nem vencer juros.

O montante de 167.832 Euros, registado na rubrica de Fornecimentos e serviços externos, corresponde aos custos suportados com o contrato de arrendamento das instalações de Campo Raso (Nota 9).

- (b) Em 31 de Março de 2011, a Lisgráfica tem um saldo a receber da Gestprint, de 2.809.154 Euros (este montante inclui 380.697 Euros de juros facturados em 2009 e registados nos exercícios de 2009 e 2008) e 272.687 Euros referentes a juros a receber do exercício de 2010, encontrando-se em curso a definição de um plano de reembolso, pelo que foi registado a médio e longo prazo. Adicionalmente, a Empresa possui um contrato de sublocação com a Gestprint no valor de 7.928.073 Euros para a aquisição de equipamento de impressão, tendo já efectuado adiantamentos ao abrigo daquele contrato no montante de 5.942.023 Euros (Nota 23) e efectuado um pagamento em 2010 no montante de 1.922.757 (Nota 23). Destas contas a receber, no montante de 8.751.177 Euros vencem juros à taxa média de financiamento da Empresa. Adicionalmente a rubrica de proveitos e ganhos financeiros corresponde aos juros a receber relativos aos saldos a receber desta entidade.

30. PASSIVOS CONTINGENTES

Em 31 de Março de 2011 as garantias prestadas a favor de terceiros, penhores de equipamentos e de direitos de crédito e as acções executivas movidas contra a Empresa são os evidenciados no anexo à s demonstrações financeiras consolidadas do exercício finde em 31 de Dezembro de 2010.

(Montantes expressos em Euros)

31. RESULTADOS POR ACÇÃO

O rendimento integral consolidado líquido negativo básico e diluído por acção em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 foi de 0,0118 e 0,0517, respectivamente.

	31 de Março de 2011	31 de Março de 2010
<u>Resultado</u>		
Resultado atribuível a accionistas maioritários para efeito de cálculo do resultado líquido por acção básico e diluído (resultado líquido do exercício)	<u>(2.051.153)</u>	<u>(2.195.682)</u>
Número de acções da Lisgráfica	186.696.620	186.696.620
Número de acções próprias	(52.213)	(52.213)
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido por acção básico e diluído (a)	<u>186.644.407</u>	<u>186.644.407</u>
<u>Resultado por acção:</u>		
Básico	(0,0110)	(0,0118)
Diluído	(0,0110)	(0,0118)

(a) Este montante corresponde ao número total de acções da Lisgráfica, deduzido de 52.213 acções próprias.

32. COMPROMISSOS ASSUMIDOSLocações operacionais

Em 31 de Março de 2011 e 2010, as locações operacionais existentes respeitam, essencialmente, a viaturas cujos prazos de locação são de 4 anos e à locação das instalações da Empresa em Queluz de Baixo, cujo contrato foi celebrado em 20 de Julho de 2004 com o Espírito Santo Activos Financeiros, S.G.P.S., S.A. (øESAFø), pelo prazo inicial de 15 anos, com opção de renovação, bem como de revisão da área locada. Sublinha-se que as responsabilidades futuras poderão ser significativamente reduzidas, caso as áreas objecto do contrato em apreço venham a ser parcialmente desafectadas, no quadro de um projecto imobiliário conduzido pelo ESAF, em apreciação na Câmara Municipal de Oeiras. Conforme previsto no contrato inicial, em 30 de Novembro de 2010, foi assinada uma adenda em que é reduzida a área locada e consequentemente as responsabilidades assumidas (Nota 26). No trimestre findo em 31 de Março de 2011, os custos incorridos incluídos na rubrica øFornecimentos e serviços externosø relativos aqueles contratos de locação operacional, são conforme segue:

(Montantes expressos em Euros)

	<u>31 de Março de 2011</u>
Fornecimentos e serviços externos	<u>607.481</u>

Em 31 de Março de 2011, as responsabilidades futuras do Grupo com contratos de locação operacional vencem-se como segue:

3 últimos trimestres de 2011 e primeiro trimestre de 2012	<u>2.433.935</u>
3 últimos trimestres de 2012 e primeiro trimestre de 2013	2.228.254
3 últimos trimestres de 2013 e primeiro trimestre de 2014	1.694.742
3 últimos trimestres de 2014 e primeiro trimestre de 2015	1.694.742
3 últimos trimestres de 2015 e primeiro trimestre de 2016	1.694.742
2016 e seguintes	<u>4.801.770</u>
	<u>14.548.185</u>

Adicionalmente, em 31 de Março de 2011, a Empresa suportou custos no montante de 167.832 Euros referentes ao contrato de arrendamento das instalações de Campo Raso, cujo término ocorre em finais de 2012 (Nota 29).

33. OUTRAS INFORMAÇÕES

(a) Em Março de 2011, a Empresa tinha as seguintes dívida parafiscal mora pontual:

	<u>Data de vencimento</u>	<u>Montante</u>	<u>Liquidado</u>	<u>Por Liquidar</u>
Segurança Social	15 de Janeiro de 2011	302.034	75.509	226.525

O montante de 226.525 euros respeita às contribuições para a Segurança Social referentes ao mês de Dezembro de 2010, em mora a partir de 15 de Janeiro de 2011 e na parte não regularizada à data da aprovação das contas, aguarda despacho quanto à autorização de pagamento em 4 prestações, conforme requerimento apresentado pela Lisgráfica.

(b) Em Abril de 2011, a Empresa intentou uma acção declarativa de condenação, sob a forma de processo ordinário contra empresas do Grupo Impala, decorrente do incumprimento destas no pagamento de uma dívida no montante de, aproximadamente, 5.403.000 Euros, correspondente ao montante líquido de perdas de imparidade de, aproximadamente, 3.604.000 Euros. Em 31 de Dezembro de 2010, esta conta a

(Montantes expressos em Euros)

receber foi registada como não corrente pelo seu valor actual, correspondente ao entendimento da melhor estimativa efectuada pelo Conselho de Administração.

- (a) Os empréstimos bancários junto da CGD, Barclays e Banif encontram-se em fase adiantada de negociação com condições idênticas às contratadas com a operação de recalendarização assinada com o BCP no final de 2010 (Nota 22). No caso concreto da CGD, existe inclusive, uma minuta de contrato, em relação à qual já foi transmitida a posição da Lisgráfica. Quanto às restantes entidades aguarda-se uma proposta de contrato.
- (b) A Lisgráfica está a efectuar acordos com alguns dos fornecedores com valores antigos por regularizar. Quanto aos restantes fornecedores com acordos, os mesmos estão a ser cumpridos. Adicionalmente, existem dois processos de execução de dívida com penhora, sendo que, no caso da Hidelbergue, o acordo está em fase final de concretização. Quanto à TMS continuamos a aguardar resposta em relação à nossa proposta de liquidação do saldo em dívida.

Queluz de Baixo, 20 de Maio de 2011

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Manuel Ramos Gaspar

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão

Jaime Luciano Marques Baptista da Costa

António Pedro Marques Patrocínio